

ELEIÇÕES

Justiça e Defesa pressionam TSE

Pastas frisam querer acompanhar todas as fases e testes finais das urnas. General diz que Forças Armadas não têm sido prestigiadas

» CRISTIANE NOBERTO

O ministro da Justiça, Anderson Torres, afirmou que os ministérios da Defesa e da Justiça querem acompanhar, por meio das Forças Armadas e da Polícia Federal, todas as fases, bem como os testes finais das urnas para as eleições no Brasil, em outubro próximo. “É agora, nesses testes finais, que a PF e Forças Armadas e demais instituições vão dizer: ‘Isso aqui foi visto, isso não foi visto, isso precisa ser melhorado’”, disse a jornalistas, em Los Angeles, onde participou da IX Cúpula das Américas. “Enfim, agora é a reta final, é o momento de o Estado brasileiro e de a população prestarem atenção em tudo o que vai acontecer nas eleições”, emendou.

Segundo Torres, sempre há convite do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para as Forças Armadas e Polícia Federal para participarem da análise do processo eleitoral brasileiro e que, todos os anos, foram feitas várias recomendações. “Nosso objetivo é que nós tenhamos eleições limpas, transparentes. Quanto mais pública a apuração (das eleições), melhor para o Brasil, para a nossa democracia”, frisou.

Ontem, o ministro da Defesa, general Paulo Sérgio de Oliveira, enviou **ofício** ao presidente do TSE, ministro Edson Fachin, para reforçar o debate sobre as sete sugestões feitas pelas Forças Armadas para a melhoria da segurança das urnas eletrônicas. Segundo ele, as instituições militares “não se sentem devidamente prestigiadas por atenderem ao honroso convite do TSE para integrar a CTE (Comissão de Transparência Eleitoral)”.

A caserna está inconformada pelo fato de a Corte Eleitoral ter rejeitado as sugestões. Em maio, o TSE justificou que havia erros

“Vulnerabilidades”

O presidente Jair Bolsonaro disse que o ofício enviado pelo Ministério da Defesa com pedido para facilitar a auditoria de urnas eletrônicas por partidos políticos é “técnico”. Ele voltou a falar que a pasta levantou “centenas de vulnerabilidades” sobre a eleição. “Não podemos ter eleições, está lá no ofício, sob manto da desconfiança, e dá tempo”, afirmou. “Uma (sugestão) muito importante que foi a da apuração simultânea, não sei por que não aceitam isso. Se eu sou presidente do TSE, aceito todas as sugestões, discutimos e chegamos a um denominador comum.” O chefe do Executivo frisou que vai analisar o documento ainda na viagem. “Tomei conhecimento agora. Pelo que eu sei, é um ofício técnico.”

de cálculo nos documentos técnicos apresentados pelos militares e que parte das medidas sugeridas já foi implementada. “Até o momento, não houve a discussão técnica mencionada, não por parte das Forças Armadas, mas pelo TSE ter sinalizado que não pretende aprofundar a discussão”, reclamou Oliveira.

Ele ainda reforçou que o trabalho das Forças Armadas foi em busca de gerenciar riscos e promover maior transparência nas eleições. “A transparência permite à sociedade conhecer e aceitar o nível de segurança do processo eleitoral diante de eventuais riscos. Reitero que as sugestões propostas pelas Forças Armadas precisam ser debatidas

Elaine Menke/Câmara dos Deputados



Oliveira: “As Forças Armadas não se sentem devidamente prestigiadas por atenderem ao honroso convite do TSE para integrar a CTE”

pelos técnicos”, enfatizou.

No mesmo documento, o ministro da Defesa alertou que 224.999 das 577.125 urnas que serão usadas nas eleições gerais não foram submetidas ao Teste Público de Segurança (TPS). A medida é uma das fases para garantir a integridade dos dispositivos.

“Cerca de 39% das urnas (224.999 das 577.125 urnas) a serem empregadas nas eleições de 2022 são do modelo UE2020. Esse modelo não foi submetido ao Teste Público de Segurança (TPS). Ou seja, não passaram pela investigação de atores externos. Portanto, é fundamental que se realize o TPS para demonstrar ao público o correto funcionamento dos softwares do TSE nas

urnas”, apontou o ministro.

O texto ainda defende a participação de partidos políticos no auditamento das urnas eletrônicas, pois, segundo a Defesa, “completaria um rol de medidas aptas a aumentar a transparência do processo, caracterizando melhor a separação de responsabilidades entre auditor e auditado”.

TSE

Em nota, o TSE afirmou que o modelo UE 2020 “conta com módulo criptográfico com certificação do ICP-Brasil, o que significa que a urna possui características de segurança superiores ao estabelecido pelo Manual de Condutas Técnicas

definido pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI), o qual define os requisitos mínimos para um dispositivo criptográfico”.

“Para tal certificação, conforme regras definidas pelo ITI, a nova urna foi submetida um laboratório credenciado da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e, depois, certificada pela entidade NCC Certificações”, prosseguiu a nota. “Em tal avaliação foram verificados os circuitos, códigos-fonte e demais características do dispositivo de segurança da urna. Tudo isso demonstra que o novo modelo é ainda mais seguro do que os anteriores.”

A Corte também destacou

que, “a qualquer tempo”, é permitido aos partidos políticos fiscalizarem todas as fases do processo de votação e apuração das eleições, assim como o processamento eletrônico da totalização dos resultados.

“O TSE, conforme tem reafirmado o presidente Edson Fachin, tem trabalhado de forma incessante para garantir eleições limpas, justas e seguras, em que o desejo da população, expresso por meio do voto, seja respeitado e cumprido dentro do Estado democrático de direito”, destacou. “A Justiça Eleitoral está preparada para conduzir as eleições de 2022 com paz e segurança”, finalizou o comunicado. **(Com Agência Estado)**

Novo revés para Nunes Marques

» LUANA PATRIOLINO

O Supremo Tribunal Federal (STF) impôs mais uma derrota ao ministro Kassio Nunes Marques. A Segunda Turma da Corte decidiu, ontem, por três votos a dois, manter a cassação do deputado bolsonarista Valdevan Noventa (PL-SE), condenado pela Justiça Eleitoral por abuso de poder econômico e compra de votos nas eleições de 2018. Na semana passada, o magistrado tinha devolvido, em decisão liminar, o mandato do parlamentar.

No julgamento na Segunda Turma, Nunes Marques e André Mendonça, ambos indicados pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) para assumir uma cadeira no Supremo, votaram pela devolução do mandato de Noventa. Os ministros Ricardo Lewandowski e Edson Fachin se manifestaram pela cassação. Coube, então, ao decano Gilmar Mendes desempatar o julgamento.

A apreciação da matéria

teve início à 0h de ontem, no plenário virtual do STF, pelo qual os ministros inserem os votos no sistema eletrônico, sem que haja debates.

Quando devolveu o mandato ao político, Nunes Marques argumentou que a modificação do entendimento do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sobre as punições por conta de abuso de poder econômico e compra de votos aconteceu em um julgamento em setembro de 2020. Por isso, não poderia ser aplicada em um caso de 2018. No julgamento na Segunda Turma, ele repetiu a tese.

“Friso que essa causa tem contornos aptos a gerar perplexidade. A decisão median-te a qual foram determinadas a cassação, com a consequente inelegibilidade, e a retotalização dos votos produziu efeitos imediatos. A parte, porém, está impedida de submeter o caso à apreciação do Supremo em virtude da demora na publicação do acórdão”, afirmou.

Mendonça seguiu o voto do colega. Disse que o TSE mudou as regras sobre o efeito da cassação por abuso de poder econômico e compra de votos. “Demonstra-se absolutamente incontestável que se operou na espécie uma alteração jurisprudencial, assim como que essa foi aplicada de forma re-troativa”, destacou.

Já Fachin, que também é presidente do TSE, rebateu os argumentos de Nunes Marques e afirmou que a devolução do mandato sequer deveria ter sido julgada separadamente, mas, sim, pelo plenário do STF com os 11 ministros. “Não há qualquer justificativa apta a autorizar a abertura da jurisdição constitucional do Supremo Tribunal Federal nessa demanda de natureza individual”, escreveu.

O posicionamento foi acompanhado por Ricardo Lewandowski e Gilmar Mendes. “Caberá ao plenário, em sede de controle concentrado de constitucionalidade, uniformizar com eficácia

Nelson Jr./SCO/STF



As duas liminares concedidas pelo ministro a deputados cassados foram derrubadas na Corte

vinculante e efeitos ‘erga omnes’ (para todos) o entendimento a respeito da retotalização dos votos em face da segurança jurídica no campo eleitoral”, disse Mendes.

Procurada pelo **Correio**, a assessoria de imprensa de

Valdevan Noventa respondeu que não vai se manifestar sobre o assunto, por orientação do corpo jurídico do parlamentar.

Esse foi o segundo revés da semana para Nunes Marques. Na terça-feira, a Segunda Turma

também derrubou a liminar dele que devolveu o mandato ao deputado estadual bolsonarista Fernando Francischini (União Brasil-PR), cassado por disseminação de fake news sobre as urnas eletrônicas.

MPF

PGR contra brasileiros que cobraram Aras

A Procuradoria-Geral da República (PGR) acionou a Polícia Federal contra os brasileiros que fizeram cobranças a Augusto Aras, procurador-geral da República, durante uma viagem a Paris, em abril. O órgão pretendia transformar o episódio em uma tentativa de interferência na autonomia e na independência do Ministério Público.

O pedido foi assinado pela vice-procuradora-geral da República, Lindôra Araújo, logo após o caso. No entanto, a PF descartou os crimes de segurança nacional e apurou apenas a suspeita de injúria e difamação contra Aras.

O grupo cobrava o PGR sobre o bolsolão — investigações sobre suspeitas de corrupção no Ministério da Educação (MEC) e a compra de 35 mil comprimidos de Viagra pelas Forças Armadas, que é apurado pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

“Vamos investigar lá o bolsolão do MEC, pastor fazendo reunião, vamos investigar o Bolsonaro gastando milhões em Viagra do Exército. Cadê a investigação, procurador? Aqui em Paris, não tem nada para encontrar, não. Pode deixar que a gente procura. Tem de procurar lá em Brasília”, disseram os brasileiros, na ocasião, conforme

LeoBark/Secom/MPF



Aras foi questionado, em Paris, por “engavetar” processos

vídeo postado nas redes sociais.

Os brasileiros disseram, também, que “dar rolezinho em Paris é legal”. E questionaram: “E abrir processo, procurador? Vamos lá

investigar, procurador? Ou vai continuar engavetando?”.

A investida contra os brasileiros vai na contramão da postura adotada pela própria PGR em

outras situações. Em agosto do ano passado, por exemplo, o órgão se disse contrário à prisão do ex-deputado federal Roberto Jefferson por entender que “representaria uma censura prévia à liberdade de expressão, o que é vedado pela Constituição Federal”.

A prisão de Jefferson foi solicitada pela PF, que identificou sérias ameaças em publicações do parlamentar nas redes sociais. Ela se deu no âmbito do inquérito que investiga milícias digitais.

Ao atender à demanda da PF, o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), destacou que o inquérito foi instaurado “em virtude da presença de fortes indícios e significativas provas apontando a existência de uma verdadeira organização criminosa, de forte

atuação digital e com núcleos de produção, publicação, financiamento e político” e “com a nítida finalidade de atentar contra a democracia e o Estado de direito”.

No início deste mês, a PGR defendeu a rejeição de um pedido para investigar o presidente Jair Bolsonaro (PL) por levantar dúvidas sobre as urnas eletrônicas e dizer que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) mantém sala secreta de apuração de votos.

Segundo Lindôra Araújo, as declarações do presidente são “meras críticas ou opiniões” e não constituem conduta criminosa. “Os discursos ideológicos do presidente da República estão escudados por um dos direitos de primeira dimensão, qual seja, a liberdade de expressão”, sustentou a vice-procuradora-geral. **(LP)**